

# Do desenvolvimentismo ao neodesenvolvimentismo: uma análise das relações de trabalho no Brasil

*Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos*

Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe)

*Débora Continho Paschoal Dourado*

Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe)

Recebido: 29/01/2016 Versão revisada (entregue): 23/06/2016 Aprovado: 27/06/2016

## Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre as relações de trabalho no Brasil desde a reestruturação econômica da década de 1930. No que se refere às relações de trabalho no desenvolvimentismo, defende-se que as condições que favoreceram o processo de acumulação de capital na indústria nascente decorreram de relações de trabalho fragilizadas, de condições precárias de trabalho e de representação sindical fragmentada. Assim, formou-se uma estrutura dual: por um lado, a industrialização, por outro, a persistência de relações de trabalho tradicionais e informais. Com o fim do projeto desenvolvimentista, no final da década de 1980, iniciou-se um projeto de reestruturação produtiva de base neoliberal. A reestruturação produtiva, aliada à abertura comercial, resultou no desmonte da cadeia industrial nacional, na intensificação da fragilidade das relações de trabalho e na estagnação econômica. O artigo se propõe, então, a discutir o neodesenvolvimentismo, iniciado com a recuperação do crescimento econômico, que conduziu a um aumento do poder aquisitivo salarial e a melhorias em indicadores sociais. Conclui-se que, apesar de resultados positivos, não existem indícios suficientes de que ao neodesenvolvimentismo se associem transformações nas relações de trabalho.

**Palavras-chave** | Brasil; flexibilização; neodesenvolvimentismo; reestruturação produtiva; relações de trabalho.

**Código JEL** | J21; J58; O21.

## FROM DEVELOPMENTALISM TO NEW DEVELOPMENTALISM: AN ANALYSIS OF LABOR RELATIONS IN BRAZIL

### Abstract

This article proposes a reflection on the conduct of labor relations in Brazil since the economic restructuring of the 30s. About the construction of labor relations in the developmentalism, it is argued that the focus given to provide conditions for the accumulation of capital in the industry resulted in rising vulnerable employment relationships, with poor working conditions and

fragmented union representation. Also, it has formed a dual structure, on one hand represented by industrialization, and on the other by the persistence of traditional and informal labor relations. With the end of the developmental project in the late of 80s, starts a productive restructuring project of neoliberal base in Brazil. The productive restructuring in Brazil, plus the trade liberalization, resulted in the dismantling of national industrial chain, the intensification of the fragility of labor relations and economic stagnation. Finally, the neo-developmentalism is discussed, which began the recovery of economic growth and rising wage income, plus improvements in social indicators. In conclusion, despite the positive results of the neo-developmentalism, there is insufficient evidence to state that there were changes in labor relations.

**Keywords** | Brazil; flexibility; labor relations; neo-developmentalism; productive restructuring.

**JEL-Code** | J21; J58; O21.

## **DEL DESARROLLISMO AL NEO-DESARROLLISMO: UN ANÁLISIS DE LAS RELACIONES DE TRABAJO EN BRASIL**

### **Resumen**

Este artículo propone una reflexión sobre el desarrollo de las relaciones de trabajo en Brasil a partir de la reestructuración económica de los años 30. Con relación a la construcción de las relaciones laborales en el desarrollismo, se argumenta que el enfoque dado a proporcionar las condiciones para la acumulación de capital en la industria fue resultado de relaciones de trabajo vulnerables, con malas condiciones de trabajo y representación sindical fragmentada. De este modo, se formó una estructura dual representada, por una parte, por la industrialización, y por otro, por la persistencia de relaciones laborales tradicionales e informales. Con el final del proyecto desarrollista a finales de los 80, se inicia un proyecto de reestructuración productiva de base neoliberal en Brasil. La reestructuración productiva en Brasil, junto con la liberalización del comercio, se tradujo en el desmantelamiento de la cadena industrial nacional, la intensificación de la fragilidad de las relaciones laborales y el estancamiento económico. Por último, se discute el neo-desarrollismo, que comenzó con la recuperación del crecimiento económico y el aumento de los ingresos salariales, además de mejoras en los indicadores sociales. En conclusión, a pesar de los resultados positivos del neo-desarrollismo, no hay pruebas suficientes para afirmar que el neo-desarrollismo esté asociado a transformaciones en las relaciones de trabajo.

**Palabras-clave** | Brasil; flexibilización; neo-desarrollismo; reestructuración productiva; relaciones de trabajo.

**Código JEL** | J21; J58; O21.

### **Introdução**

Nas últimas décadas as relações de trabalho e produção têm passado por mudanças intensas. Nos países desenvolvidos a crise do Estado de bem-estar social, na década de 1970, deu início a um processo de reestruturação produtiva que vem colocando em xeque formas de organização social e os direitos sociais e trabalhistas característicos do período anterior.

De acordo com Harvey (2013), desde 1945 o Estado passou a assumir uma função estabilizadora do capitalismo que, além da regulamentação da esfera econômica, passa a complementar o salário social da classe trabalhadora, por meio da seguridade social e diversos serviços sociais, como os de saúde e educação. O Estado também assume o papel de regulador das relações de trabalho, garantindo direitos trabalhistas e sociais, bem como atuando sobre os acordos salariais. Considerando estas características, tratamos de um Estado de bem-estar social (BEHRING, 2009; HARVEY, 2013).

Ainda segundo Harvey (2013), o fordismo foi o modelo de produção característico deste período, sendo marcado pelo planejamento em larga escala, a racionalização e a padronização dos processos de trabalho, ao passo que fez uso de políticas de valorização salarial como estímulo ao consumo em massa. A produção em massa também favoreceu o fortalecimento dos movimentos da classe trabalhadora, dando-lhes poder de barganha junto aos empregadores por melhores condições salariais e de trabalho (HARVEY, 2013).

No entanto, com a crise fiscal do Estado de bem-estar social nos anos de 1970, o modo de produção fordista entra em colapso e iniciou-se um processo de reestruturação produtiva. A reestruturação produtiva pautou-se pela flexibilização das relações de trabalho, caminhando em diferentes direções, com tendências em direção a terceirizações e subcontratações, o trabalho informal, o trabalho atípico, ou seja, parcial e temporário, e o desemprego (GUIMARÃES, 2002; LIMA, 2010; ANTUNES, 2011; HARVEY, 2013).

No entanto, o desenvolvimento das relações de trabalho no Brasil seguiu um caminho particular, já que neste nunca se efetivou o fordismo, conforme indica Harvey (2013), tampouco o Estado de bem-estar social, de acordo com Behring (2009). Sendo assim, faz-se necessária uma consideração de suas peculiaridades.

Para que possamos situar o Brasil no debate sobre as transformações pelas quais tem passado o mundo do trabalho, discorreremos neste estudo sobre algumas das peculiaridades de sua formação social e econômica, bem como de sua estrutura produtiva. Inicialmente, se discute o desenvolvimentismo do século XX, projeto político e econômico de modernização da economia brasileira, pautado principalmente pela busca pela industrialização (GONÇALVES, 2013). Posteriormente, a discussão se voltará para a construção das relações de trabalho no Brasil, advogando-se que o enfoque dado à garantia da acumulação de capital na indústria, e não especificamente a atender as reivindicações por direitos sociais e trabalhistas, perpetuou relações de trabalho fragilizadas, com exploração da mão de obra, pouca representação sindical e forte presença de traços tradicionais e informais de trabalho (OLIVEIRA, 2003; COSTA, 2005).

Após estas considerações, é apresentado o processo de reestruturação produtiva no Brasil, que se intensifica na década de 90, com o fim de Era desenvolvimentista e a hegemonia do neoliberalismo. O processo de reestruturação produtiva no

Brasil fragilizou ainda mais as relações de trabalho, conduzindo ao desmonte das regulamentações do trabalho, minando as organizações sindicais e gerando a fragmentação social por meio do desemprego (ALVES, 2009). Por fim, se discutirá o neodesenvolvimentismo, uma releitura do desenvolvimentismo do século XX, que teve início em meados dos anos 2000, com retomada do crescimento após três décadas de estagnação, recuperação do poder aquisitivo dos salários, melhorias na distribuição de renda e crescimento do consumo por meio do endividamento das famílias (SAMPAIO JUNIOR, 2012).

Diante de tais considerações, o objetivo deste estudo foi analisar o desenvolvimento das relações de produção e trabalho no Brasil desde o período desenvolvimentista, momento em que ocorre a tentativa de modernização de sua estrutura produtiva, até o contexto recente, marcado pelo que podemos denominar de neodesenvolvimentismo.

## **Desenvolvimentismo**

A Era desenvolvimentista, como descreve Gonçalves (2013), engloba o período entre 1930 e 1979 e teve como suas bases o modelo de substituição de importações e a busca do desenvolvimento produtivo nacional por meio da industrialização. Sampaio Junior (2012) destaca que desenvolvimentismo é um termo vago, que, no entanto, de modo geral, representou o pensamento crítico sobre as possibilidades de desenvolvimento da América latina, almejando superar a condição de subdesenvolvimento e de dependência destes países frente aos países centrais do capitalismo.

Gonçalves (2013) considera que o desenvolvimentismo representou uma ruptura com o pensamento econômico liberal que caracterizava o Brasil até então. No entanto, segundo o autor, as principais ideias que nortearam o desenvolvimentismo não se originaram no Brasil, ou mesmo na América latina, durante o século XX, mas remontam aos projetos e experiências de desenvolvimento dos países centrais capitalistas que datam ainda do século XVIII, sendo uma cópia infiel destes.

Nestes termos, o desenvolvimentismo foi uma “ideologia ou projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio industrialização substitutiva de importações–intervencionismo estatal-nacionalismo” (GONÇALVES, 2013, p. 36). A ideia subjacente ao desenvolvimentismo foi a de que o desenvolvimento das forças produtivas, neste sentido, a industrialização, levaria a superação da condição de subdesenvolvimento. Como tal, para que o desenvolvimento fosse alcançado deveria ser estimulada a acumulação de capital e um pacto nacional em prol do desenvolvimento, envolvendo o Estado, os capitalistas e a classe

trabalhadora. Todos deveriam colocar o desenvolvimento nacional acima de seus interesses imediatos (SAMPAIO JUNIOR, 2012).

De acordo com Bresser-Pereira (2006), as políticas adotadas no desenvolvimentismo implicavam proteger a industrial nacional nascente e promover a poupança, ou a acumulação de capital, forçada por meio do Estado, objetivando, centralmente, o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, para que tais objetivos fossem possíveis, era de fundamental importância a formação do pacto social nacional. Bresser-Pereira (2006) defende que o pacto social implica a formação de uma verdadeira nação, com projeto de desenvolvimento próprio, e livre de dependência ideológica dos países desenvolvidos.

Conforme destaca Castelo (2012), o desenvolvimentismo partia de uma leitura estrutural, com uma análise que remetia a formação do Brasil enquanto colônia e sua posição de subordinação aos interesses das nações colonialistas e imperiais. Deste modo, desenvolveu-se a compreensão de que o desenvolvimento das relações capitalistas globais forjou o desenvolvimento nos países centrais e o subdesenvolvimento nos países periféricos. Logo, outro elemento chave na superação do subdesenvolvimento seria a questão da dependência. Esta relação de dependência também se expressaria na divisão internacional do trabalho, conforme apresenta Gonçalves (2013). Os países centrais do capitalismo teriam consolidado seus centros dinâmicos de acumulação de capital na inovação técnica e nas exportações baseadas na industrialização, enquanto aos países periféricos restaram as exportações de produtos primários, de baixo valor agregado.

Furtado (1996) acrescenta a esta análise a diferença na utilização dos excedentes. A acumulação por meio da industrialização conduz ao reinvestimento do excedente no desenvolvimento produtivo e na inovação, ao passo que a acumulação por meio da exportação de bens primários relativamente não demandaria inovação técnica, liberando seu excedente para o consumo, aprofundando o atraso relativo dos países que adotam esta segunda modalidade. A dinâmica centro-periferia, nestes termos, favoreceria os países capitalistas centrais e perpetuariam as condições de subdesenvolvimento na periferia. Diante de tal diagnóstico, torna-se simples compreender a opção pela industrialização nacional como caminho para a superação do subdesenvolvimento e da relação de dependência.

Outro aspecto da análise desenvolvimentista relaciona-se a defesa da existência de uma dualidade na estrutura econômica dos países subdesenvolvidos, caracterizados pela existência de setores produtivos atrasados, arcaicos, e de setores produtivos modernos, representados pela indústria. Os setores atrasados impediam a superação do subdesenvolvimento, havendo, pois, a necessidade de serem removidos. O caminho proposto para tal seriam as reformas típicas social-democráticas, como:

[...] a agrária, a tributária, a consolidação de leis trabalhistas (especialmente dos trabalhadores rurais), o direito ao sufrágio universal, a livre organização classista e um conjunto de políticas econômicas para a geração de emprego e aumento da massa salarial (CASTELO, 2012, p. 622).

Já Sampaio Junior (2012) argumenta que o diagnóstico desenvolvimentista se baseou numa dupla articulação, por um lado em relação de dependência externa, já discutida, e por outro por uma situação de segregação social interna. Partindo desta análise, a superação do subdesenvolvimento exigia mudanças estruturais de caráter anti-imperialista e também reformas sociais que liquidassem as estruturas arcaicas de segregação social, que produziam uma pequena elite econômica sobre a exploração da miséria da maior parte da população. Havia também uma crença na possibilidade de superação destes entraves históricos ao desenvolvimento econômico nos países periféricos do capitalismo por meio de um programa nacional guiado pelo Estado.

Esta aspiração por uma harmonia nacional em prol do desenvolvimento levou Sampaio Junior (2012) a considerar o desenvolvimentismo uma utopia capitalista, que apostou na possibilidade de conciliação entre interesses de acumulação de capital e de desenvolvimento social e nacional. Enquanto ideologia, o desenvolvimentismo não se limitava a modernização e desenvolvimento das forças produtivas, tendo também como um pressuposto a “subordinação da acumulação capitalista a uma ‘vontade’ coletiva que integrasse o conjunto da população nos benefícios do progresso técnico” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 675).

De acordo com Sampaio Junior (2012), esta postura credita aos agentes históricos a responsabilidade de tomar o problema do desenvolvimento nacional como prioritário, considerando não apenas a dimensão econômica, mas também outras, como a social, política e cultural. Neste sentido, a formação de uma burguesia nacional e industrial forte era imprescindível para que pudesse enfrentar os interesses externo e internos voltados à perpetuação da situação de subdesenvolvimento.

Esta conjuntura, com avanços e retrocessos, se sustentou por meio século e perpassou mudanças sociais, políticas e institucionais. Seu ideal de transformação da estrutura produtiva brasileira se realizou, com o PIB da indústria de transformação superando o PIB da agropecuária. Mesmo dentro da estrutura industrial teriam ocorrido transformações, com quedas das participações no PIB de indústrias intensivas em mão de obra e recursos naturais e aumento da participação de indústrias intensivas em tecnologia e que se beneficiam de economias de escala (GONÇALVES, 2013).

No entanto, o desenvolvimento industrial se deu com a presença massiva de subsidiárias e filiais de empresas estrangeiras. Esta opção se tornou ainda mais

dominante com o golpe militar de 1964, conduzindo a um alto índice de desnacionalização da indústria brasileira e, consideravelmente, anunciando a falência do aspecto nacionalista do desenvolvimentismo no Brasil. O grau de desnacionalização da indústria brasileira foi alto, mesmo em comparação com outros países que também passaram por processos de industrialização via substituição de importações, evidenciando o caminho de subordinação externa seguido pelo Brasil (GONÇALVES, 2013).

Os ideais progressistas de reformas sociais apresentados por Sampaio Junior (2012) e Castelo (2012) nunca se realizaram e viram sua derrota definitiva com a instauração do golpe militar, o que representou o colapso das pretensões de desenvolvimento nacional harmônico pautado no pacto social. Sob o regimento da burguesia industrial, o país acomoda-se a posição de capitalista dependente, nega as reformas sociais defendidas pelo desenvolvimentismo e cristaliza suas estruturas de segmentação e exploração social. Nas palavras de Sampaio Junior (2012, p. 676):

Apoiadas pelo império norte-americano, os setores pragmáticos interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação – dependência externa e segregação social – como alicerce fundamental da acumulação de capital na região.

A Era desenvolvimentista conduziu a diversificação da estrutura produtiva brasileira, ao aumento da produtividade, e a transformação do conjunto das exportações, que reduziram a participação de produtos primários e promoveram incrementos extraordinários da participação de produtos semimanufaturados e manufaturados. No entanto, não ocorreram as reformas estruturais defendidas pelos desenvolvimentistas, persistindo um quadro geral de segregação social e super-exploração. Também se mantiveram fortemente as relações de dependência com os países centrais do capitalismo, fato este que exerceu um papel importante no fechamento definitivo deste período (GONÇALVES, 2013).

Nos anos de 1980 o Brasil entra em uma profunda crise de endividamento externo, que se torna o principal obstáculo ao crescimento econômico. Como resultado, por mais de uma década o país se debateu com desequilíbrios econômicos internos, tais como a inflação e o baixo crescimento, aliados aos desequilíbrios externos. Deste modo, o ciclo desenvolvimentista no Brasil se encerra deixando como herança o endividamento externo, a ausência de reformas voltadas para a distribuição de renda e uma das maiores concentrações de renda do mundo (GONÇALVES, 2013).

A redemocratização no final da década de 1980 e início da década de 1990 marcou também a passagem para uma hegemonia neoliberal no Brasil. Se no final do

regime militar a polarização dos debates estava entre ditadura e democracia, se inicia outra polarização, agora entre Estado e Mercado. Segundo argumentação de Boito Junior (1996), a hegemonia neoliberal no Brasil representou uma reação aos aspectos do período desenvolvimentista, colocando-se firmemente contra o Estado intervencionista e também contra os limitados direitos sociais e trabalhistas implantados a partir de 1930.

As teses neoliberais de Estado mínimo ganham espaço na sociedade Brasileira, possivelmente dado a receios com o Estado autoritário do período militar, e são eleitos governos de direita. Deste modo, o Estado se torna o principal alvo no combate à crise, promove-se a abertura econômica, desregulações da economia, privatizações, e substitui-se a centralidade do desenvolvimento na agenda pública pela estabilidade monetária, conforme a receita neoliberal.

Dado que o debate até este momento teve enfoque nas transformações econômicas e produtivas no Brasil, a próxima seção terá como foco o desenvolvimento das relações de trabalho.

### **Construção das relações de trabalho no Brasil**

Como vimos, a partir da reestruturação econômica da década de 1930, o Estado brasileiro volta-se para garantir condições de mudança do núcleo da economia brasileira da agricultura para a indústria nascente. Para que tal objetivo fosse alcançado, o Estado agiu “operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins, direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas” (OLIVEIRA, 2003, p. 40). Ou seja, criando as condições de acumulação de capital para a indústria, seja através da redistribuição de ganho dos setores agrários para a indústria, seja por meio de subsídios e ações protecionistas.

De modo análogo, a regulamentação do trabalho no Brasil teria se dado visando principalmente a garantia da acumulação de capital na indústria e não especificamente atender às reivindicações por direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores. Assim sendo, as primeiras leis trabalhistas surgem conjuntamente com os esforços de industrialização. Oliveira (2003) argumenta que as leis trabalhistas promoveram um nivelamento dos salários por baixo, já que no cálculo dos salários mínimos teriam sido considerados os custos de subsistência, que se constituíam basicamente de alimentação e outros serviços urbanos, desconsiderando os ganhos de produtividade. Além disto, ainda segundo o autor, as regulamentações do trabalho tiveram papel importante na conversão dos contingentes populacionais que chegavam as cidades em exército de reserva



industrial, ou seja, quantitativo excedente de trabalhadores, empurrando ainda mais para baixo o custo do trabalho.

Assim foi criada a classe operária, mas limitada por sobremaneira em seu poder de organização, com um sindicalismo fortemente tutelado pelo Estado, que possuía uma estrutura verticalizada e descentralizada, gerando uma extrema fragmentação da representação sindical no país. Políticas populistas asseguravam vantagens trabalhistas e sociais mínimas aos trabalhadores como moeda de troca pela ausência de voz no cenário econômico brasileiro. Diante de tais constrangimentos, o desenvolvimento econômico ocorreu sem contrapartidas sociais e sem políticas públicas voltadas à garantia ampla dos direitos trabalhistas, o que favoreceu a formação de redes de trabalho informal em pequenas empresas (COSTA, 2005).

A criação do Sistema de Proteção Social no Brasil também data deste período, no entanto, sua constituição acabou por reproduzir as condições de desigualdade presentes na sociedade, de acordo com Silva (2007) e Paiva, Falcão e Bartholo (2013). Este sistema era altamente segmentado entre trabalhadores inseridos no mercado formal e os não-inseridos, desconsiderando as particularidades da formação brasileira, que saía há pouco tempo da escravidão e cuja maior parte da população encontrava-se fora do mercado formal de trabalho, permanecendo no trabalho rural e nas inúmeras relações de trabalho informais criadas (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013; SILVA, 2007).

De acordo com Castelo (2012), a análise da estrutura econômica brasileira revelava uma dualidade, caracterizada por um lado pelos setores produtivos modernos, representados pela indústria, e por outro pela persistência de setores produtivos atrasados, arcaicos. Segundo a tradição desenvolvimentista, os setores atrasados impediam a superação do subdesenvolvimento, a solução proposta para este problema foi a modernização dos setores atrasados por meio da industrialização, gerando uma homogeneização econômica.

A partir da crítica desta análise dualista, Oliveira (2003) nos oferece outra interpretação da estrutura econômica e produtiva que se formou no Brasil industrializado, e das relações de trabalho que elas engendraram. Ao invés de uma condição de antagonismo entre setores “modernos” e “atrasados”, teria se formado uma relação de complementariedade e simbiose nesta configuração particular, que se formou com vista a garantir as condições de acumulação de capital. Acreditamos que esta simbiose particular entre o desenvolvimento de relações de produção modernas com a manutenção de relações tradicionais desempenhou um papel relevante na estruturação produtiva e das relações de trabalho no Brasil, dando contornos particulares a sua condição de capitalismo periférico ou dependente.

O setor agroexportador, por exemplo, manteve largamente modos de produção tradicionais, utilizando trabalho de agricultores no preparo de novas terras, por meio da agricultura de subsistência, até que estas estivessem prontas para o plantio

ou a formação de pastagem para os proprietários. Deste modo, a atividade agroexportadora, ao preservar atividades tradicionais intensivas em mão de obra, evitou a necessidade de aumentar sua produtividade por meio da intensificação em capital, o que prejudicaria e entraria em concorrência com a indústria por tais recursos. Além disto, o excedente das lavouras de subsistência era vendido nas cidades, garantindo a manutenção de baixos custos de alimentos, um dos componentes do custo de reprodução da força de trabalho urbana, colaborando para manter os salários baixos (OLIVEIRA, 2003).

Outro exemplo foi o setor de serviços, que cresceu enormemente durante o processo de industrialização, levando análises dos teóricos do subdesenvolvimento, de acordo com Oliveira (2003), a defender a existência de um terceiro setor muito “inchado” no Brasil, compondo parcelas do produto e do emprego desproporcionais e consumindo reservas de capital. No entanto, o setor de serviços, fortemente baseado em mão de obra e com salários baixíssimos, teria compensado as graves deficiências de infraestrutura das cidades brasileiras, desempenhando importantes atividades, como distribuição, manutenção e reparos, de forma integrada com os setores industriais dinâmicos. Na ausência desde serviços abundantes em mão de obra e pouco demandantes de capital, altos investimentos em infraestruturas teriam sido necessários, o que comprometeria a capacidade de acumulação na indústria (OLIVEIRA, 2003).

O processo de acumulação de capital no Brasil baseou-se fortemente na exploração do trabalho, mantendo salários baixíssimos, fazendo uso para isto das relações tradicionais, informais e desreguladas, ao mesmo tempo em que as relações reguladas eram também direcionadas a favorecer a acumulação de capital. A integração entre novo e arcaico conduzia e garantia a expansão da acumulação de capital, como observa Oliveira (2003, p. 60):

[...] a introdução de novas relações no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo.

Considerando as restrições de organização da classe trabalhadora e das garantias sociais, não é surpreendente que os esforços estatais para garantir a acumulação de capital na indústria e o quadro de exploração da força de trabalho conduziram ao cenário de ampliada concentração de riqueza. Um desenvolvimento econômico com alto preço social, mantendo e aprofundando as desigualdades sociais que sempre marcaram a história do Brasil.

O crescimento econômico se deu à custa do empobrecimento social, gerando, por fim, ondas de manifestações. Conforme descreve Costa (2005), a resposta da elite econômica foi o estabelecimento da ditadura militar de 1964, período em que

ocorrem retrocessos na regulamentação trabalhista. Por exemplo, a criação do FGTS dilui no tempo os custos com as demissões, facilitando ainda mais uma política de alta rotatividade por parte das empresas, já que demissões eram usadas não apenas como forma de manter os salários baixos, mas também como controle disciplinar (COSTA, 2005).

Apesar da forte repressão sobre os trabalhadores, novas ondas de manifestações e greves se dissiparam pelo país a partir do ano de 1978, conquistando paulatinamente espaços de voz ativa para os trabalhadores e direitos que foram oficializados na constituição de 1988. Este movimento ficou conhecido como novo sindicalismo (COSTA, 2005). No entanto, como observa Behring (2009, p. 18), “os instrumentos articulados no período da redemocratização foram especialmente atingidos pelo curso econômico e cultural dos últimos anos”.

Como podemos observar, as relações de produção e trabalho no Brasil, bem como nos demais países periféricos do capitalismo, se diferenciam amplamente das que se estabeleceram nos países capitalistas centrais. Entre nós o modo de produção fordista teve um alcance limitado, permanecendo a maior parte da população alheia ao trabalho regulamentado. As organizações trabalhistas foram fortemente tuteladas pelo Estado, não permitindo que as mesmas ganhassem o poder de barganha característico de um modelo fordista.

Semelhantemente, o Sistema de Proteção Social criado no Brasil foi incapaz de superar as situações de extrema desigualdade, antes reproduzindo-as em si mesmo, e mantendo excluídas grandes parcelas da população. Diante de tal consideração, ainda que as regulamentações do trabalho tenham trazido garantias de direitos mínimos para parcelas da classe trabalhadora, acreditamos que seja forçoso falar de formação de um Estado de bem-estar social no Brasil.

Este contexto histórico e institucional fragilizado se mostrou fértil para a introdução do padrão de produção flexível por meio da reestruturação produtiva. Na discussão que se segue, situamos a reestruturação produtiva, que se mostrava como tendência global desde a década de 1970, no contexto brasileiro.

## **Reestruturação produtiva no Brasil**

De acordo com Antunes (2014a), os primeiros impulsos de reestruturação produtiva no Brasil datam da década de 1980; no entanto, foi apenas após o fim da ditadura, com o processo de redemocratização, que as transformações em direção a reestruturação se intensificaram. Nos anos de 1990 ocorre a abertura e reestruturação econômica que, segundo Cardoso (2000), foi muito zelosa na aplicação da receita neoliberal, resultando em enormes enxugamentos da força de trabalho, a flexibilização e desregulamentação de direitos sociais e no estabelecimento de formas atípicas do trabalho, como a terceirização e o

subemprego. A estrutura produtiva brasileira passa, então, a mesclar características de um fordismo periférico e subordinado com uma cada vez mais acentuada flexibilização (ANTUNES, 2014a, 2014b).

Como argumenta Alves (2009), durante a década de 1990, com a derrota no cenário político de partidos ligados aos trabalhadores, ocorrem as reformas neoliberais no Brasil, dentro de um contexto macroeconômico desfavorável, com baixo crescimento, altos juros e aumento da concorrência capitalista com a abertura econômica. O autor compreende que as reformas neoliberais levaram ao que denomina de uma economia de sociabilidade constrangida, submetendo o país à lógica da financeirização global do capitalismo. As consequências das saídas adotadas para a estabilização monetária teriam constrangido o crescimento econômico, conduzindo ao baixo crescimento ou estagnação. Conjuntamente, a abertura comercial teria levado à destruição de cadeias produtivas nacionais, e as privatizações e a reforma gerencial do Estado teriam contribuído para um quadro precário no trabalho público. Em seu conjunto, estas reformas teriam significado a disseminação do desemprego e a degradação do mercado de trabalho.

As transformações na estrutura produtiva combinam avanços tecnológicos com as exigências de uma força de trabalho “qualificada” e “polivalente” que, no entanto, é remunerada muito abaixo do que seria em países centrais. Essa configuração particular garante o aumento da produtividade com a manutenção de uma mão de obra barata, perpetuando a condição de super-exploração do trabalho no capitalismo brasileiro. Ampliou-se ainda mais a informalidade e relações atípicas como a terceirização (ANTUNES, 2014a, 2014b).

É interessante notar que as transformações não se limitaram aos aspectos regulamentares das relações de trabalho ou ao desenho de novas estruturas organizacionais, conduzindo a criação de uma nova “cultura” de trabalho, que demanda a participação e envolvimento dos trabalhadores, ou como define Antunes (2014b), busca capturar a subjetividade dos trabalhadores. As mudanças aqui caminham em direção à adoção de filosofias de trabalho de inspiração japonesa e de técnicas gerenciais “participativas”, dando novas roupagens à dominação do capital sobre o trabalho e procurando converter trabalhadores em “colaboradores”, “sócios” ou “parceiros”. Se preferirmos utilizar a nomenclatura utilizada por Alves (2013), estamos falando da passagem conjunta para a uma terceira geração de precarização do trabalho, por meio da captura da subjetividade e transformação do tempo de vida em tempo de trabalho.

De acordo com Alves (2009), a reestruturação no Brasil deu base objetiva a um processo de precarização do trabalho, que além da intensificação e ampliação da exploração do trabalho e do desmonte das regulamentações do trabalho, atuou minando as organizações sindicais e gerando a fragmentação social por meio do desemprego. Conforme descreve Costa (2005), o sindicalismo no Brasil viveu um momento de intensificação durante a década de 1980, ganhando espaço de atuação

e avanços nas relações de trabalho. No entanto, a reforma neoliberal e a reestruturação produtiva trataram de gerar um desmonte da organização e força sindical recém construídas. Como descreve Alves (2009, p. 191):

[...] a “força das circunstâncias” da “década neoliberal”, caracterizada pela desestruturação do mercado de trabalho por conta das políticas macroeconômicas neoliberais, e pela fragmentação das negociações coletivas, imposta pelo patronato, obriga o sindicalismo a abandonar as greves gerais por categoria e voltar-se para greves por empresa.

Desde forma, o desmonte da força do sindicalismo no Brasil se dá por meio da ampliação de sua fragmentação, reduzindo e segmentando seu potencial de representatividade. Para além disto, o desfavorável contexto econômico e social, com a disseminação do desemprego e o ataque a direitos trabalhistas estabelecidos, transforma o conteúdo das lutas sindicais, que passam a apresentar uma atuação defensiva, buscando preservar direitos ameaçados ao invés de ganhar novos espaços.

Alves (2009) argumenta que ao lado do desemprego, durante a década de 1990, cresceram as relações de terceirização, as contratações sem carteira assinada, mesmo no setor público, e um crescimento de mais de 50% de modalidades de contratação flexibilizada. Observada esta tendência de degradação do mercado de trabalho, o autor destaca que a experiência da precarização tem seus efeitos não apenas no momento atual das relações de trabalho, atuando sobre e modelando as expectativas sociais para o desenvolvimento do trabalho.

Porém, no início dos anos 2000, ocorreram mudanças no direcionamento político de alguns países da América latina, inclusive no Brasil, dando início a mudanças nas políticas econômicas dos mesmos. Surgiu, assim, o que podemos chamar de neodesenvolvimentismo, movimento político e econômico que se apresentou como alternativa ao neoliberalismo, buscando mais uma vez superar a situação de subordinação do Brasil em relação aos países centrais do capitalismo, como tal, sendo também de natureza anti-imperialista. Desde modo, vemos renascer as esperanças de um desenvolvimento tutelado pelo Estado, no entanto com renovadas promessas de um desenvolvimento social, elemento que esteve ausente no desenvolvimentismo do século XX.

## **Neodesenvolvimentismo**

De acordo com Bresser-Pereira (2006), o fracasso das políticas neoliberais em promover o desenvolvimento na América Latina conduziu a uma rejeição do que ele denomina por política econômica ortodoxa no subcontinente. Diante deste

desafio, alguns países latinos americanos, por meio de governos de centro-esquerda, teriam voltado a explorar aspectos do desenvolvimentismo que vigorou durante o século XX, no entanto, com modificações, que representariam uma terceira via entre o populismo de esquerda e o neoliberalismo.

Bresser-Pereira (2006) faz uma leitura positiva e otimista do neodesenvolvimentismo, acreditando que este representa um caminho para que os países do capitalismo periférico possam rejeitar as reformas econômicas impostas pelos países centrais do capitalismo, efetivamente competir com estes e, em última instância, alcançá-los.

Para Sampaio Junior (2012), o neodesenvolvimentismo representa uma particularidade da economia brasileira após meados dos anos 2000, sendo possível graças a retomada do crescimento após três décadas de estagnação, recuperação do poder aquisitivo dos salários, melhorias na distribuição de renda e crescimento do consumo por meio do endividamento das famílias. Neste sentido, o neodesenvolvimentismo seria uma busca de teorização das mudanças econômicas e sociais recentes no Brasil. Também para Castelo (2012), o segundo governo Lula, entre 2007 e 2010, marcou a volta de uma ideologia desenvolvimentista, agora repaginada, recebendo os prefixos de neo ou social, representada pelos aumentos das taxas de crescimento e melhoras, ainda que tímidas, nos indicadores sociais.

Bresser-Pereira (2006, p. 13) compreende o neodesenvolvimentismo como “um conjunto de instituições e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico”. Trata-se de uma tentativa de estabelecimento de um novo pacto social, no qual Estado, capitalistas e a classe trabalhadora atuariam de forma unida de modo a garantir a competitividade do país em relação às demais nações. Nestes termos, garantir a competitividade internacional seria o elemento catalisador da união dos diferentes grupos de interesse.

Ainda de acordo com Bresser-Pereira (2006), existem duas variáveis principais que distinguem o antigo desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo. A primeira variável é externa e representa o atual momento histórico marcado pela globalização, onde as taxas de crescimento são menores e a competição entre os países, muito mais acirrada. Por sua vez, a segunda variável é interna e corresponde a mudança no nível de desenvolvimento do próprio país, que já não se caracterizaria por uma indústria infante. Desde modo, o neodesenvolvimentismo nega políticas protecionistas, e demanda um modelo exportador de produtos manufaturados.

Na busca de promover o crescimento do capitalismo brasileiro, sem, contudo, romper com os limites impostos pelo neoliberalismo, adotou-se uma política econômica de apoio às grandes empresas nacionais e de recuperação de salários, aliada a políticas sociais de redistribuição de renda. O neodesenvolvimentismo seria, então, muito menos pretensioso que o antigo, conferindo menor

importância ao desenvolvimento do parque industrial interno e aceitando constrangimentos da divisão internacional do trabalho, por meio de uma reprimarização da economia (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013).

Sampaio Junior (2012) considera que os teóricos do neodesenvolvimentismo procuram conciliar aspectos do neoliberalismo com aspectos do velho desenvolvimentismo, ao invés de efetivamente representar uma alternativa viável ao neoliberalismo. Assim sendo, o neodesenvolvimentismo mesclaria a busca de competitividade internacional, compromisso com a estabilidade financeira, austeridade fiscal e receptividade ao capital externo do neoliberalismo com o papel regulador do Estado, sensibilidade social e preocupação com o crescimento econômico e a industrialização do velho desenvolvimentismo.

As discussões do neodesenvolvimentismo giram, de acordo com Sampaio Junior (2012), em torno de como conciliar os aspectos positivos e evitar os negativos das duas correntes teóricas, gerando um hibridismo acrítico e não recuperando a dupla articulação da análise estrutural dos desenvolvimentistas (dependência externa e segregação social). A discussão, então, não ultrapassaria a consideração da conjuntura imediata, não representando uma autêntica resistência à ordem neoliberal, limitando-se a buscar formas de atenuação de seus aspectos mais devastadores sobre o crescimento, a indústria nacional e a geração de desigualdades.

A crítica estabelecida por Sampaio Junior (2012) está na aceitação de aspectos do neoliberalismo, como a busca de competitividade internacional e o arrocho fiscal, como indispensáveis e positivos, não questionando seus efeitos sobre a soberania nacional e a justiça social. Deste modo, para o autor, o neodesenvolvimentismo representa uma apologia ao atual contexto econômico, justificando seus elementos e renovando as promessas desgastadas do neoliberalismo de crescimento e desenvolvimento. Diante disto, seria mitológica a crença de que passamos por um novo período de desenvolvimento, que aliaria crescimento econômico com distribuição de renda e afirmação da soberania nacional. A opção por permanecer sobre a superfície dos fenômenos compromete a capacidade de compreender os ditames estruturais que impossibilitam a consolidação do desenvolvimento enquanto geração de justiça social e soberania nacional. Estas posições tornariam o neodesenvolvimentismo refém do fim da história anunciado pelo neoliberalismo (SAMPAIO JUNIOR, 2012).

Também crítico ao desenvolvimentismo, Castelo (2012) acredita que este manteve pilares da política neoliberal da década anterior, com o tripé defendido pelo Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante). Para o autor, este seria o motivo da satisfação e otimismo generalizado com relação ao novo desenvolvimento por parte das classes dominantes, dado que os juros e lucros batem recordes. Por outro lado, haveria um apassivamento das

lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT, partido ligado historicamente às lutas sindicais.

Boito Junior e Berringer (2013), apesar de concordarem que o neodesenvolvimentismo manteve-se dentro dos limites impostos pelo neoliberalismo, consideram que a guinada neodesenvolvimentista durante os anos 2000 representou importantes alterações na política brasileira. De modo mais significativo, teria ocorrido uma transformação no bloco de poder interno, com o favorecimento da burguesia nacional em detrimento ao setor financeiro internacional e seus aliados internos. Esta mudança na direção no bloco de poder interno seria viabilizada por um novo pacto social encabeçado pela burguesia nacional, no entanto, contando com a participação dos principais setores das classes populares. Este pacto social se contraporía principalmente aos interesses financeiros internacionais, que regeram o país durante a década de 90, através das políticas neoliberais.

Assim sendo, o neodesenvolvimentismo é um projeto sustentado por distintos grupos, que em muitos momentos apresentam interesses diversos e contraditórios. Além da classe burguesa, formariam o pacto social a baixa classe média, o operariado urbano, o campesinato e uma massa marginal, composta por subempregados, trabalhadores informais e por conta própria e desempregados. Cada um destes grupos recebe contrapartidas, no entanto, de forma bastante desigual (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013).

De acordo com Boito Junior e Berringer (2013), a burguesia nacional seria a força dirigente do neodesenvolvimentismo, tendo como contrapartida a proteção e o favorecimento do Estado frente à concorrência com capital estrangeiro. Isto se traduz em ações que vão desde os programas de empréstimos do BNDES subsidiados pelo Estado para um seletivo grupo de grandes empresas nacionais até os direcionamentos da política externa. Por sua vez, a principal contrapartida para os assalariados corresponde à recuperação do nível de emprego e políticas de valorização salarial, o que aumentou seu poder aquisitivo. Por último, é a “massa marginal”, composta por subempregados, trabalhadores informais ou por conta própria e desempregados que forma a base de sustentação eleitoral do neodesenvolvimentismo. Para este grupo, a principal contrapartida é representada pelos programas de transferência de renda, cujo Programa Bolsa Família (PBF) é o maior e mais representativo (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2015), o PBF é um programa de transferência de renda direta com condicionantes, com foco de atuação em famílias pobres e extremamente pobres. O PBF possui três eixos principais: promover o alívio imediato da pobreza; reforçar o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, por meio de suas condicionantes; e, por último, auxiliar o desenvolvimento das famílias por meio de ações e programas. Desde sua criação,



diversos estudos têm confirmado os efeitos positivos do PBF, especialmente no que se refere à diminuição da pobreza e da desigualdade de renda e melhorias nas áreas de saúde e educação (CAMPELLO, 2013; JANNUZZI; PINTO, 2013; PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

Diante de tais características, destacamos o PBF, dentre as contrapartidas sociais do neodesenvolvimentismo, como novo elemento potencialmente significativo na construção das relações de trabalho. No entanto, pesquisas sobre as relações de trabalho nas quais se inserem os beneficiados do PBF são escassas. A maioria destas trata a temática de forma bastante limitada, focando em possíveis relações entre o PBF e a oferta de trabalho no mercado. Este interesse de pesquisa se relaciona a um possível “efeito preguiça” defendido por alguns críticos. O “efeito preguiça” postula que os programas de transferências de renda seriam um estímulo ao não trabalho, e como tal reduziriam a oferta de trabalho no mercado. Contrariamente a esta percepção, diversas pesquisas indicam que o PBF não impacta de forma significativa o mercado de trabalho (CAMPELLO, 2013; OLIVEIRA; SOARES, 2013; PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

Sampaio Junior (2012) é crítico desta tentativa de oferecer resistência ao neoliberalismo pelas “beiradas”, isto é, atuando apenas nos espaços e limites impostos por este. A análise também deixaria de fora a rede institucional global que atualmente condiciona as possibilidades de transformação nacional e que impõe sobre sua economia a

[...] livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional, restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público, concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 682-683).

Para Sampaio Junior (2012), com a ausência de competitividade dinâmica para enfrentar os países centrais do capitalismo, resta aos países periféricos, incluso o Brasil, intensificar ainda mais os ataques aos direitos trabalhistas e as políticas públicas, considerando ser esta a tendência atual.

## **Considerações finais**

Ao longo deste trabalho, discutimos o desenvolvimento das relações de produção e trabalho no Brasil. De modo contrastante com os países centrais do capitalismo, não experimentamos a consolidação de um modo de produção fordista ou do

Estado de bem-estar social. Tivemos, em seu lugar, um projeto estatal desenvolvimentista voltado para a modernização do país por meio da industrialização.

Nestes termos, conforme defende Oliveira (2003), a estrutura produtiva brasileira foi marcada pela dualidade, com setores modernos e industrializados e a persistência de setores arcaicos e tradicionais. Esta dualidade ofereceu uma compatibilidade com as necessidades de acumulação de capital, compensando as deficiências de capital com a intensificação da utilização da mão de obra barata. Como resultado, nossa estrutura produtiva sempre foi marcada pela informalidade e relações de trabalho não regulamentadas (COSTA, 2005; OLIVEIRA, 2003).

Ainda de acordo com Oliveira (2003), mesmo as regulamentações trabalhistas no Brasil foram criadas com fins a garantir as condições de acumulação de capital na industrial, portanto, limitadas em sua representatividade dos interesses da classe trabalhadora. De modo complementar, segundo argumenta Costa (2005), o poder de organização da classe trabalhadora foi bastante restrito, sendo os sindicatos fragmentados e tutelados pelo Estado.

Este cenário de fragilização das relações de trabalho se intensificou ainda mais durante os anos 90, com a chegada dos impulsos da reestruturação produtiva no Brasil. De acordo com Alves (2009), os resultados foram a estagnação ou baixo crescimento econômico, aliado a um duro golpe ao parque industrial nacional com a abertura econômica. A partir de então se estabeleceu um processo de flexibilização das relações de trabalho, com a disseminação do desemprego, terceirizações, da informalidade e mesmo precarização do emprego no setor público com as privatizações e a reforma gerencial (ALVES, 2009; ANTUNES, 2014a, 2014b).

Em meados dos anos 2000, iniciou-se um projeto político-econômico que denominamos neodesenvolvimentismo. Autores como Bresser-Pereira (2006) demonstraram-se otimistas com a capacidade do neodesenvolvimentismo de estabelecer-se como uma alternativa ao neoliberalismo. No entanto, autores como Sampaio Junior (2013) e Castelo (2013) são céticos quanto a tais possibilidades. O ceticismo de tais autores se justificaria pela sujeição do neodesenvolvimentismo aos imperativos e pressupostos do neoliberalismo, procurando atuar apenas nos espaços deixados por este último, uma estratégia de resistência pelas “barreiradas”.

Dado esta sujeição do neodesenvolvimentismo ao neoliberalismo, admitida mesmo por Bresser-Pereira (2006), não podemos afirmar a ocorrência de mudanças significativas na tendência de flexibilização das relações de trabalho. Como argumentado por Boito Junior e Berringer (2013), os programas de transferência de renda são uma das principais das principais contrapartidas sociais do neodesenvolvimentismo, sendo o Programa Bolsa Família (PBF) o maior e mais representativo.

Diversos estudos têm afirmado o bom desempenho do PBF na redução da pobreza e da desigualdade de renda e melhorias nas áreas de saúde e educação (CAMPELLO, 2013; JANNUZZI; PINTO, 2013; PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013). No entanto, são escassos estudos sobre as relações entre o PBF e o trabalho de seus beneficiários, tornando impressiva a constatação de sua capacidade de promover mudanças no cenário de flexibilização das relações de trabalho.

Conclui-se que mesmo com os evidentes avanços conseguidos durante o período neodesenvolvimentista no Brasil, nomeadamente, a retomada do crescimento após três décadas de estagnação, recuperação do poder aquisitivo dos salários e melhorias na distribuição de renda, mudanças significativas no que tange a tendência de flexibilização das relações de trabalho não podem ser identificadas. Isso se deve, principalmente, a manutenção dos pressupostos neoliberais com a adoção de medidas paliativas, dificultando possibilidades de resistências e transformações reais das tendências de flexibilização.

### Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, 2009.

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 2, 2013.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 27, 2014a.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, v. 28, n. 81, 2014b.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite. Bolsa família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

BEHRING, Elaine R. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.). **Especialização em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Módulo I. O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. Brasília, DF: CEAD, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, 2006.

BOITO Jr., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, Editora Brasiliense, 1996.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, 2012.

COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como política de Estado. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 111-131, 2005.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GONÇALVES, Reinado. **Desenvolvimento às avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 50, p. 113-121, 2002.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandro Rodrigues. Bolsa família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do bolsa família II. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, 2010.

NETO, Raul da Mota Silveira. AZZONI, Carlos Roberto. Os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de; SOARES, Sergei S. D. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do bolsa família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, 2007.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O programa bolsa família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Brasília, IPEA, 2009.

Endereço para correspondência:

*Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos* – marllon.vasconcelos@gmail.com  
Av. Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária  
50.670-901 Recife/PE, Brasil

*Débora Coutinho Paschoal Dourado* – dcpdourado@gmail.com  
Av. Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária  
50.670-901 Recife/PE, Brasil